

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZÔNIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.181.964/0001-37, estabelecida na Rua 24 de Maio, 509- Centro, Manaus/AM, presta à FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS - FAPEAM, os serviços de hospedagem com fornecimento de alimentação (desjejum, almoço e jantar) em categoria superior. Objeto licitado através do Pregão Eletrônico Nº 793/2012 CGL, Processo Administrativo nº 1372/2012-FAPEAM, em conformidade com o **Termo de Contrato nº 014/2012 FAPEAM**. Valor Contratual abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	VIGÊNCIA
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Hospedagem e alimentação (desjejum, almoço e jantar), em categoria superior, para atender as necessidades desta FAPEAM.	596 diárias	R\$ 208.808,60	Termo de Contrato 01/08/2012 a 31/07/2013 1º Termo Aditivo 02/08/2013 a 01/08/2014 4º Termo Aditivo 02/08/2014 a 01/08/2015 5º Termo Aditivo 01/08/2015 a 31/07/2016
		1.103 refeições	R\$ 63.301,17	
Total			R\$ 272.109,77	

Tendo cumprido com todas as cláusulas Editalícias e / ou contratual, não havendo qualquer fato desabonador da conduta da empresa.

GERENCIA DE APOIO LOGISTICO DA DAF/FAPEAM, em Manaus,
08 de Outubro de 2015.

VISTO:


André da Santa Maria Bindá
Diretor Administrativo-Financeiro


Francisca Gercwolf
Gerente de Apoio Logístico



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

TERMO DE CONTRATO Nº 014/2012, celebrado entre a **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS - FAPEAM** e a **OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZÔNIA LTDA**, na forma abaixo:

Ao 1º (Primeiro) dia do mês de Agosto do ano de 2012 nesta cidade de Manaus/AM, a **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS – FAPEAM**, situada na Travessa do Dera, s/n, Flores, CEP: 69058-793, inscrita sob o CNPJ n. 05.666.943/0001-71, Administração Indireta, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Diretora-Presidenta, **Profª. Drª. MARIA OLÍVIA DE ALBUQUERQUE RIBEIRO SIMÃO**, brasileira, casada, Professora Universitária, residente e domiciliada nesta cidade na Rua 15-C, 200, Quadra P, Aleixo, portadora da Carteira de Identidade n. 1803795-0 SSP/AM e CPF n. 321.316.582-49 - Manaus-AM, de outro lado, e a empresa **OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZÔNIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA sob NIRE n. 13200129571, sediada na Rua 24 de Maio, 509 – Centro - Manaus - AM, CEP 69.010-080, inscrita sob o CNPJ n. 10.181.964/0001-37, doravante designado simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representado por seu procurador legal, o **Sr. ROBERTO CONHAGO TAVARES**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado nesta cidade de Manaus – AM, na Avenida Professor Nilton Lins, 1386 – Parque das Laranjeiras, portador do RG n. 190106 SESEG/AM e do CPF n. 026.929.702-25, em consequência do resultado da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico de n. 793/2012- CGL, cuja homologação foi publicada no Diário Oficial do Estado, Edição de nº 32.359, de 18 de julho de 2012, tendo em vista o que consta no PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 1372/2012-FAPEAM e 17234/2012-CGL, doravante referido por PROCESSO, na presença das testemunhas adiante nominadas, é assinado o presente **TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO**, que se regerá pelas normas da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1993, e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - Por força deste Contrato a **CONTRATADA** obriga-se a prestar a **CONTRATANTE** os serviços de Hospedagem e alimentação (desjejum, almoço e jantar), em categoria superior, para atender as necessidades da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, conforme Projeto Básico constantes no processo n. 1372/2012, os quais se encontram rubricados pelas partes e passam a integrar o presente instrumento, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO - Os serviços ora contratados serão realizados sob o regime de empreitada por preço global.

PARÁGRAFO ÚNICO: O objeto deste Contrato será recebido provisoriamente e definitivamente como disposto no art. 73, da Lei nº 8.666/93.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

CLÁUSULA TERCEIRA: OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – A **CONTRATADA** é obrigada a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

CLÁUSULA QUARTA: OUTRAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA – A **CONTRATADA** é única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados direta ou indiretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, objeto deste Contrato e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE**.

§ 1º – A **CONTRATADA** é também responsável por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária, previdenciária que resultem ou venham a resultar na execução deste Contrato, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), despesas com instalações e equipamentos necessários aos serviços e, assim como, todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessários à completa realização dos serviços.

§ 2º – A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no parágrafo primeiro, não transfere a **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem pode onerar o objeto do Contrato.

§ 3º – Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação à **CONTRATADA**, do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de multa.

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS – O prazo de duração dos serviços ora contratados é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste termo.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **CONTRATANTE** é obrigada a rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR – O valor global do presente Contrato é de R\$ 199.140,00 (cento e noventa e nove mil e cento e quarenta reais).

CLÁUSULA OITAVA: DA FORMA DE PAGAMENTO – O pagamento à **CONTRATADA** será efetuado na forma da Lei nº 8.666/93, mediante apresentação de faturas devidamente atestadas pelo setor competente da **CONTRATANTE**.





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

CLÁUSULA NONA: DA GARANTIA DOS SERVIÇOS – A **CONTRATADA** garante os serviços executados, comprometendo-se a corrigir de forma imediata qualquer distorção que seja apontada pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 24 horas a contar da data da identificação.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES - Em caso de inexecução total ou parcial, execução imperfeita, ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, a **CONTRATADA**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ficará sujeita às sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º - As penas acima referidas serão impostas pela autoridade competente, assegurado à **CONTRATADA** a prévia e ampla defesa na via administrativa.

§ 2º - Serão aplicadas as seguintes penas:

I – Advertência;

II - Multas moratórias de 1% (um por cento) do valor do Contrato, por dia, até o trigésimo dia de atraso, se o objeto não for entregue na data prevista, sem justificativas aceitas pelo Estado.

III- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato não realizado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

IV – Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

V – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de recusa da prestadora do serviço em assinar o Contrato.

§ 3º - As multas contratuais serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus a **CONTRATADA**, podendo ser cobradas judicialmente, quando necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: RESCISÃO DO CONTRATO - O presente Contrato poderá ser rescindido em uma das hipóteses elencadas pelo artigo 78, através de uma das formas prescritas pelo artigo 79, ambos os artigos da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO: - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o CONTRADITÓRIO e a AMPLA DEFESA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE - A rescisão determinada por ato unilateral da **CONTRATANTE**, acarretará a seguinte consequência, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

I - Assunção imediata do objeto deste Contrato no estado em que se encontrar;

II - Retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CESSÃO – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, a não ser com a prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

§ 1º – O cessionário ficará sub-rogado em todas as suas responsabilidades, obrigações e direitos do cedente.

§ 2º – O pedido de cessão deverá ser formulado por escrito e devidamente fundamentado, cabendo à **CONTRATADA** indicar e comprovar as razões de força maior que impossibilitem o cumprimento do Contrato.

§ 3º – O cessionário indicado deverá atender a todas as exigências relacionadas com a sua capacidade e idoneidade e preencher todos os requisitos estabelecidos no edital e na legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO. IMPEDIMENTO DE CONTRATAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR - Caberá a declaração de suspensão temporária do direito de participar de licitação, ou do impedimento para contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa que aplicou a sanção; já a declaração de inidoneidade para licitar e contratar é aplicável à Administração Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) ou de 10 (dez) dias, conforme se trate de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade, respectivamente.

§ 1º - As sanções a que se refere esta cláusula serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - O prazo de suspensão do direito de participar de licitação e do impedimento para contratar não poderá ser superior a 05 (cinco) anos.

§ 3º - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar perdurará enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que se promova a reabilitação, perante a própria autoridade que a aplicou, após 02 (dois) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS RECURSOS - Contra as decisões que tiveram aplicado penalidades, a **CONTRATADA** poderá, sempre sem efeito suspensivo:

- I - Interpor recursos para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da ciência que tiver da decisão que aplicar as penalidades de advertência e de multa;
- II - Interpor recursos para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis de publicação no Diário Oficial da decisão de suspensão do direito de licitar, impedimento de contratar ou rescindir administrativamente o Contrato;
- III - Formular pedido de reconsideração à autoridade que aplicou a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação no Diário Oficial do Estado.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL - O presente Contrato poderá ser alterado, através de aditamento, nos casos apontados no artigo 57 e 65, da Lei n. 8.666/93:

§ 1º - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ora contratados em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

§ 2º - Se no Contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no parágrafo anterior.

§ 3º - No caso de supressão dos serviços, se a **CONTRATADA** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela **CONTRATANTE** pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão desde que regularmente comprovados.

§ 4º - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 5º - Incumbe, obrigatoriamente à **CONTRATADA** comunicar à **CONTRATANTE** os eventos previstos no parágrafo anterior e repassar-lhe os acréscimos ou diminuição dos preços dos serviços ora contratados, sob pena de, no caso de redução do valor dos serviços, ser obrigada a indenizar imediatamente a **CONTRATANTE** com a cominação das demais penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONTROLE - A **CONTRATANTE** providenciará, nos prazos legais, a remessa de exemplares do presente Contrato ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS. A **CONTRATANTE** não se responsabilizará por indenização de qualquer natureza em decorrência de atos ou fatos vinculados à Fiscalização e ao Controle da Execução Orçamentária e da Administração Financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA DOCUMENTAÇÃO - A **CONTRATADA** e seus representantes legais apresentaram neste ato os documentos comprobatórios de suas condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura do presente, inclusive a Certificação de Regularidade dos órgãos fiscais previdenciários públicos, nos termos do artigo 29, da Lei nº 8.666/93, a que estiver vinculada.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO - As despesas com a execução do presente Contrato importam em R\$ 199.140,00 (Cento e noventa e nove mil, cento e quarenta reais) e correrão, à conta da seguinte dotação orçamentária: UO – 32302; Programa de Trabalho: 19.573.3244.2460.0001 – Fomento à Popularização e Difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação; Fonte do Recurso: 01000000; Natureza da Despesa: 33903980, tendo sido emitida pela **CONTRATANTE**, em 26/07/2012, a Nota de Empenho nº 2012NE01131, no valor de R\$ 82.975,00 (oitenta e dois mil, novecentos e setenta e cinco reais), correspondente a despesa a ser executada no exercício de 2012. O restante, R\$ 116.165,00 (Cento e dezesseis mil e cento e sessenta e cinco reais) será consignado no orçamento de 2013, para execução no mesmo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: FORO - O foro do presente Contrato é o desta cidade de Manaus, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO - A **CONTRATANTE** obriga-se a prover às suas expensas, a publicação no Diário Oficial do Estado, em forma de extrato, do presente Contrato, para ocorrer no prazo previsto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

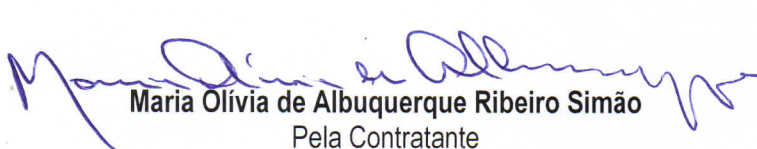
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: CLÁUSULA ESSENCIAL - Constitui, também, cláusula essencial do presente Contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CONTRATANTE**, de exceção de inadimplemento, como fundamento para a unilateral interrupção da prestação dos serviços, exceto nos casos previstos na Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **CONTRATADA** está obrigada a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DAS NORMAS APLICÁVEIS - O presente Contrato rege-se por toda a legislação aplicável à espécie e ainda pelas disposições que a complementarem, alterarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes do presente termo, especialmente a Lei n.º 8.666/93, e a legislação referente aos Planos Econômicos do Governo Federal que atinjam as cláusulas econômicas deste Contrato, declarando a **CONTRATADA** conhecer todas essas normas, e concordando em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

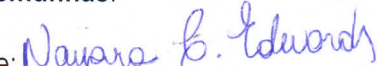
De tudo, para constar, foi lavrado o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus legítimos e legais efeitos.


Manaus, 01 de Agosto de 2012.

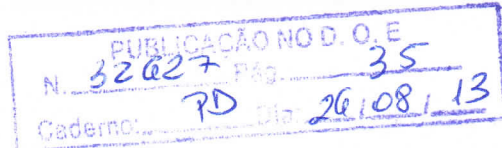

Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão
Pela Contratante


Roberto Conhago Tavares
Pela Contratada

Testemunhas:

Nome: 
CPF.: 843613952-68

Nome: 
CPF.: 003.589.132-76



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2012, celebrado entre o **ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio da **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS**, e a empresa **OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZÔNIA LTDA.**, na forma abaixo:

Ao 1.º (primeiro) dia do mês de agosto de 2013, nesta cidade de Manaus, o **ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio da **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS – FAPEAM**, empresa com personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei nº 2.743 de 10 de julho de 2002 e alterações pela Lei delegada nº 116 de 18 de maio de 2007, inscrita no CNPJ sob o nº 05.666.913/0001-71, com sede na Travessa do Dera, s/nº, Bairro Flores, CEP 69058-793, Manaus/AM, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Diretora Presidente em exercício **SEVERINA DE OLIVEIRA DOS REIS**, brasileira, casada, mestre em administração, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Ignácio José Peixoto, nº 30, Conjunto Dom Pedro II, CEP 69040-680, portadora do documento de identidade nº 1/R 116.672 SSI/SC e CPF nº 258.799.289-34; e a empresa **OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZÔNIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA sob NIRE nº 13200129571, sediada na Rua 24 de Maio, 509 – Centro - Manaus - AM, CEP 69.010-080, inscrita sob o CNPJ nº 10.181.964/0001-37, doravante designado simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representado por seu procurador legal, o **Sr. ROBERTO CONHAGO TAVARES**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado nesta cidade de Manaus – AM, na Avenida Professor Nilton Lins, 1386 – Parque das Laranjeiras, portador do RG nº 190106 SESEG/AM e do CPF nº 026.929.702-25; tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 062.01415.2013-FAPEAM, doravante designado por **PROCESSO**, na presença das testemunhas adiante nominadas, é assinado o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2012**, para prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses do Contrato firmado entre as mesmas partes, publicado em forma de extrato no Diário Oficial do Estado nº 32.373, edição de 07/08/2012, o qual tem por objeto a Prestação de Serviços de Hospedagem e alimentação (desjejum, almoço e jantar), em categoria superior, para atender as necessidades da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, cujo prazo de vigência expirará em 01/08/2013; aditamento este conforme minuta aprovada pela PGE nº 052/92–PGE, no que lhe é aplicável, que se regerá pelas disposições da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas cláusulas e condições seguintes:

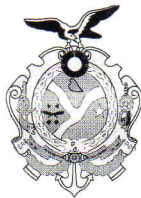
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente aditamento tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato original firmado entre ambas as partes, por mais 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO: pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do contrato pelo período de 12 (doze) meses, a contar de **02/08/2013 a 01/08/2014**.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR: – O valor global estimado do presente aditivo é de R\$ 199.140,00 (cento e noventa e nove mil e cento e quarenta reais), os quais serão pagos em 12 parcelas mensais estimadas no valor de R\$ 16.595,00 (dezesesseis mil quinhentos e noventa e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO: As despesas decorrentes do presente aditamento correrão no presente exercício, à conta da seguinte dotação orçamentária: UO: 32302, Programa de Trabalho: 19.573.3244.2460.0001, Natureza da Despesa: 33903980, Fonte:

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Circular stamp: ASJUR]



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

01000000, tendo sido emitida Nota de Empenho n.º 2013NE01822, em 01/08/2013, no valor de R\$ 82.975,00 (oitenta e dois mil novecentos e setenta e cinco reais).


3.1. A Fonte de Recursos é da vigente Lei Orçamentária Anual. No exercício seguinte, as despesas ocorrerão à conta da dotação que for consignada no orçamento vindouro.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO: Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial que, expressa ou implicitamente, não conflitem com as disposições deste Termo.

CLÁUSULA QUINTA - PUBLICAÇÃO: O presente Termo Aditivo será publicado, pela **CONTRATANTE**, sob a forma de extrato no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, de acordo com Parágrafo Único do Art. 61 da Lei 8.666/93.

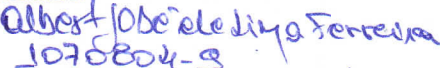
E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Termo Aditivo em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, **CONTRATANTE E CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo:

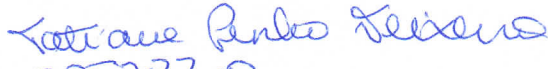
Manaus, 1 de agosto de 2013.


SEVERINA DE OLIVEIRA DOS REIS
Diretora-Presidente em exercício da FAPEAM
Pela Contratante


ROBERTO CONHAGO TAVARES
Pela Contratada

Testemunhas:

Nome: 
R.G.: 1070804-9
CPF.: 586 030.952-91

Nome: 
R.G.: 1895733-0
CPF.: 890-308-262-15



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ASJUR/FAPEAM

FL. _____

Visto:

PUBLICAÇÃO NO D.O.E
N. 32867 Pág. 13
Caderno: PD Dia: 19/08/14

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 014/2012, celebrado entre o **ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio da **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS**, e a empresa **OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZÔNIA LTDA.**, na forma abaixo:

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de julho de 2014 (dois mil e quatorze), nesta cidade de Manaus, o **ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio da **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS – FAPEAM**, pessoa jurídica de direito público interno, criada pela Lei nº 2.743 de 10 de julho de 2002 e alterações pela Lei delegada nº 116 de 18 de maio de 2007, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.666.943/0001-71, com sede na Travessa do Dera, s/nº, Bairro Flores, CEP 69058-793, Manaus/AM, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Diretora Presidente em exercício **SEVERINA DE OLIVEIRA DOS REIS**, brasileira, casada, mestre em administração, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Ignácio José Peixoto, n.º 30, Conjunto Dom Pedro II, CEP 69040-680, portadora do documento de identidade n.º 1/R 116.672 SSI/SC e CPF n.º 258.799.289-34; **OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZÔNIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA sob NIRE n. 13200129571, sediada na Rua 24 de Maio, 509 – Centro - Manaus - AM, CEP 69.010-080, inscrita sob o CNPJ n. 10.181.964/0001-37, doravante designado simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representado por seu procurador legal, o **Sr. ROBERTO CONHAGO TAVARES**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado nesta cidade de Manaus – AM, na Avenida Professor Nilton Lins, 1386 – Parque das Laranjeiras, portador do RG n. 190106 SESEG/AM e do CPF n. 026.929.702-25; tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 062.00815.2014-FAPEAM, doravante designado por **PROCESSO**, na presença das testemunhas adiante nominadas, é assinado o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 014/2012**; aditamento este conforme minuta aprovada pela PGE n. 052/92–PGE, no que lhe é aplicável, que se regerá pelas disposições da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente aditamento tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato original firmado entre ambas as partes, por mais 12 (doze) meses.

Página 1 de 2
AL

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO: pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do contrato pelo período de 12 (doze) meses, a contar de **02/08/2014 a 01/08/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR: – O valor global estimado do presente aditivo é de R\$ 212.750,00 (duzentos e doze mil setecentos e cinquenta reais), nos moldes do Projeto Básico n.º 012/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO: As despesas com a execução do presente aditamento serão repassadas conforme dotação orçamentária disponível.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO: Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial que, expressa ou implicitamente, não conflitem com as disposições deste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - PUBLICAÇÃO: O presente Termo Aditivo será publicado, pela **CONTRATANTE**, sob a forma de extrato no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, de acordo com Parágrafo Único do Art. 61 da Lei 8.666/93.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Termo Aditivo em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, **CONTRATANTE E CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo:

Manaus, 28 de julho de 2014.


SEVERINA DE OLIVEIRA DOS REIS
pela Contratante


ROBERTO CONHAGO TAVARES
Pela Contratada

Testemunhas:

Nome: *Augusto Lobato*
R.G. *1408271-3*
CPF.: *710991232-97*

Nome: *Osmar Cristiano da Silva*
R.G.: *2496383-6*
CPF.: *025.833.112-54*



Nota de Empenho

Unidade Gestora	032302 - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS - FAPEAM	Número Documento	2015NE00226	Data Emissão	05/01/2015
Gestão	00003 - FUNDACAO	Processo	032302.000815/2014	NE Original	
Credor	10181964000137 - OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZONIA LIMITADA	Licitação	8 - Pregão Eletrônico	Referência	Art. 2º, § 1º, Lei 10.520/02
Evento	400091 - Empenho de despesa	Modalidade	2 - Estimativo	Valor	62.231,25
Unidade Orçamentária	32302	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS			
Programa Trabalho	19.573.3244.2460.0001	Fomento à Popularização e Difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação			
Fonte Recurso	01000000	Recursos Ordinários			
Natureza Despesa	33903980	Hospedagens			

Íncipio	9999 - Estado	Origem do Material	1 - Origem Nacional
Convênio		Tipo de Empenho	9 - Despesa Normal

Cronograma de Desembolso							
Janeiro	20.743,75	Fevereiro	20.743,75	Março	20.743,75	Abril	0,00
Maio	0,00	Junho	0,00	Julho	0,00	Agosto	0,00
Setembro	0,00	Outubro	0,00	Novembro	0,00	Dezembro	0,00

Descrição dos Itens		Qtde	Preço Unitário	Preço Total
Unid.	Descrição	3	4.718,7500	14.156,25
serviço/mês	93748 - SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PREPARADAS, LANCHES E SIMILARES, Descrição: SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PREPARADAS, LANCHES E SIMILARES, Descrição: contratação de empresa especializada na prestação de serviço de confecção e fornecimento de refeições preparadas, desjejum, almoço e jantar, incluindo bebidas não alcoólicas, conforme discriminação em Projeto Básico MARCA: null			
serviço/mês	61527 - SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, Descrição: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, Descrição: Serviço de hospedagem em apartamento single luxo, conforme projeto básico MARCA: null 4º Termo de Aditamento ao Contrato de Nº 014/2012	3	16.025.0000	48.075,00
Objeto: Prorrogação do Prazo de Vigência do Contrato Original pelo período de 12(doze) meses, com serviços de Hospedagem e Alimentação.				
Vigência: 01/08/2014 à 31/07/2015.				
Valor Global: R\$ 248.925,00				
Valor Mensal: R\$ 20.743,75				
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico - PE Nº 793/2012 - CGL.				
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO Publicado no D.O.E. de 18.07.2012.				

Certificados:

- Certificados:
- * CERTIDÃO NEGATIVA DA FAZENDA FEDERAL (B26C.D8CF.A342.F759) - Início: 03/12/2014 - Venc: 01/06/2015
 - * CERTIDÃO NEGATIVA DA FAZENDA ESTADUAL (16930223) - Início: 29/12/2014 - Venc: 28/01/2015
 - * CERTIDÃO NEGATIVA DA FAZENDA MUNICIPAL (108494/2014) - Início: 27/10/2014 - Venc: 25/01/2015
 - * CERTIDÃO NEGATIVA DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - DIVIDA ATIVA (B26C.D8CF.A342.F759) - Início: 03/12/2014 - Venc: 01/06/2015
 - * CERTIDÃO NEGATIVA DO FGTS (2015010503543852381534) - Início: 05/01/2015 - Venc: 03/02/2015
 - * CERTIDÃO NEGATIVA DO INSS (B26C.D8CF.A342.F759) - Início: 03/12/2014 - Venc: 01/06/2015
 - * CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (693392336/2014) - Início: 21/11/2014 - Venc: 19/05/2015

Severina de Oliveira dos Reis
Ordenadora de Despesas

Mª de Nazaré Mota Camp
Assessor / Inspetora Setor
DECONT/SET/SEFIN

Andréa F. Albuquerque
Gerente Orçamento e Financeiro
FAPEAM/AM

Saldo Anterior:	195.478,00 FAPEAM	Valor do Empenho:	62.231,25	Valor Disponível	133.246,75
Data de Entrega:	31/12/2015	Local de Entrega:	FAPEAM		
Ordenador de Despesa:		Usuário Operador da NE:	ANDREA QUEIROZ FERNANDES ALBUQUERQUE		



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

Via OCA

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
N.º 014/2012, celebrado entre o ESTADO DO
AMAZONAS, por intermédio da FUNDAÇÃO
DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO
AMAZONAS, e a empresa OCA VIAGENS E
TURISMO DA AMAZÔNIA LTDA., na forma
abaixo:**

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho de 2015 (dois mil e quinze), nesta cidade de Manaus, o **ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio da **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS – FAPEAM**, pessoa jurídica de direito público interno, criada pela Lei nº 2.743 de 10 de julho de 2002 e alterações pela Lei delegada nº116 de 18 de maio de 2007, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.666.943/0001-71, com sede na Rua Sobradinho, nº 100, Bairro Flores, CEP 69058-793, Manaus/AM, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor – Presidente, Sr. **RENÉ LEVY AGUIAR**, brasileiro, casado, inscrito no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, Urbanismo e Agronomia (CREA) nº 2329 - D, e CPF nº 112.037.062-00, com endereço profissional estabelecido acima e por outro lado e a empresa **OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZÔNIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA sob NIRE n.º 13200129571, sediada na Rua 24 de Maio, 509 – Centro - Manaus - AM, CEP 69.010-080, inscrita sob o CNPJ n. 10.181.964/0001-37, doravante designado simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representado por seu procurador legal, o **Sr. ROBERTO CONHAGO TAVARES**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado nesta cidade de Manaus – AM, na Avenida Professor Nilton Lins, 1386 – Parque das Laranjeiras, portador do RG n. 190106 SESEG/AM e do CPF n. 026.929.702-25; tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 062.00955.2015-FAPEAM, doravante designado por **PROCESSO**, na presença das testemunhas adiante nominadas, é assinado o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 014/2012**; aditamento este conforme minuta

Rua Sobradinho, nº 100 – Flores
Tel: (92) 3878-4000
Manaus-AM – CEP: 69058-793



FAPEAM
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DO AMAZONAS
CERTIFICADA PELA ISO 9001:2008

PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

9/8/15



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

aprovada pela PGE n. 052/92-PGE, no que lhe é aplicável, que se regerá pelas disposições da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente aditamento tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato original firmado entre ambas as partes, por mais 12 (doze) e reajuste aplicando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC no percentual de 9,31% (nove vírgula trinta e um por cento).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO: pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do contrato pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01/08/2015 a 31/07/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR: O valor global estimado do presente aditivo é de R\$ 272.109,88 (duzentos e setenta e dois mil cento e nove reais e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO: As despesas decorrentes do presente aditamento correrão no presente exercício, à conta da seguinte dotação orçamentária: UO: 16301, Programa de Trabalho: 19.573.3244.2460.0001, Natureza da Despesa: 33903980, Fonte: 01000000, tendo sido emitida Nota de Empenho nº 2015NE01390, em 27/07/2015, no valor de R\$ 45.351,66 (quarenta e cinco mil trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos), referente aos meses de agosto e setembro de 2015, ficando o saldo remanescente a ser empenhado conforme dotação orçamentária disponível.

3.1. A Fonte de Recursos é da vigente Lei Orçamentária Anual. No exercício seguinte, as despesas ocorrerão à conta da dotação que for consignada no orçamento vindouro.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO: Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial que, expressa ou implicitamente, não conflitem com as disposições deste Termo.

[Assinatura]

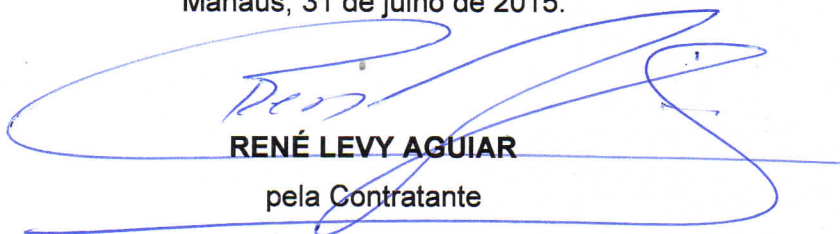


GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

CLÁUSULA SEXTA - PUBLICAÇÃO: O presente Termo Aditivo será publicado, pela **CONTRATANTE**, sob a forma de extrato no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, de acordo com Parágrafo Único do Art. 61 da Lei 8.666/93.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Termo Aditivo em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, **CONTRATANTE E CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo:

Manaus, 31 de julho de 2015.


RENÉ LEVY AGUIAR
pela Contratante


ROBERTO CONHAGO TAVARES
Pela Contratada

Testemunhas:

Nome: *Alberto José de Lima Figueira*
R.G.: *3070804-9*
CPF.: *596.050.852-91*

Nome: *Julia M. R. de Menezes*
R.G.: *1838873-0*
CPF.: *322.227.152-87*

